

O QUE VOCÊ PRECISA SABER PARA NÃO ERRAR

LUIZ EDUARDO DANTAS DE ALMEIDA



Principais Normas e Leis

A Lei de Licitações e Contratos
Administrativos (Lei nº 14.133/2021)
substituiu a antiga Lei 8.666/1993, trazendo
inovações importantes para a contratação de
obras. Além disso, a Lei das Estatais (Lei nº
13.303/2016) estabelece regras específicas
para contratações realizadas por empresas
públicas e sociedades de economia mista,
sendo indispensável para projetos
envolvendo essas entidades.

Decretos e Regulamentos

Além da legislação principal, é essencial conhecer o Decreto nº 7.983/2013 e suas alterações, que regulamenta a elaboração de orçamentos para obras e serviços de engenharia contratados com recursos da União. Este decreto define diretrizes claras sobre como os custos devem ser apresentados, incluindo a obrigatoriedade do uso de sistemas de referência, como o SINAPI, garantindo maior transparência e uniformidade no processo.

Jurisp<mark>rud</mark>ência e Decisões dos Órgãos de Controle

Decisões e entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos Tribunais de Contas estaduais são cruciais para evitar erros que possam levar à rejeição do projeto ou penalizações. Esses órgãos frequentemente publicam orientações técnicas que devem ser seguidas.

Princípios Legais Fundamentais

Entender e aplicar princípios como o da competitividade, economicidade e sustentabilidade é indispensável para elaborar orçamentos que atendam à legislação e às boas práticas do mercado.



Introdução aos Sistemas de Referência

No Brasil, os sistemas de referência de custos são ferramentas essenciais para a elaboração de orçamentos públicos. Entre os mais utilizados estão:

SINAPI (Sistema Nacional de Preços e Índices da Construção Civil):

Mantido pela Caixa Econômica Federal em parceria com o IBGE, é amplamente utilizado para estimar custos de materiais, equipamentos e mão de obra em diferentes regiões do país. O Sumário de Publicações é uma ferramenta útil para consultas e facilita o acesso a informações atualizadas sobre índices e preços.

SICRO (Sistema de Custos Rodoviários): Desenvolvido pelo DNIT, é específico para obras rodoviárias e fornece dados detalhados sobre custos de serviços e insumos relacionados à construção e manutenção de rodovias.

❖ SEINFRA e outros sistemas estaduais:

Algumas secretarias estaduais de infraestrutura possuem sistemas próprios de custos que atendem a particularidades regionais. Exemplos incluem os sistemas utilizados no Rio Grande do Sul (SIPRO) e em São Paulo (SICAP).

❖ TCU e IBGE:

Referências como os Acórdãos do Tribunal de Contas da União e os índices de preços do IBGE podem complementar a análise de custos e a elaboração de orçamentos.

Impo<mark>rtân</mark>cia dos Sistemas de Referência

A adoção dessas ferramentas é fundamental para garantir a conformidade dos orçamentos com os padrões exigidos pelos órgãos de controle, reduzir o risco de impugnações e promover a uniformidade entre propostas.

ANÁLISE CRÍTICA E APLICAÇÃO

Apesar da confiabilidade desses sistemas, é necessário realizar ajustes e complementos para atender a particularidades do projeto. O orçamentista deve sempre validar os valores com pesquisas de mercado e cotações diretas, quando necessário.



Avaliação de Soluções Construtivas

Cada projeto apresenta desafios e demandas específicas. Cabe ao orçamentista propor soluções que conciliem custo, prazo e qualidade, considerando materiais alternativos, tecnologias inovadoras e técnicas construtivas eficientes.

Leitura e Interpretação de Projetos

Compreender detalhadamente os projetos nas suas diversas modalidades é essencial para evitar omissões no orçamento. Cada elemento descrito no projeto deve ser quantificado corretamente.

Planejamento e Cronograma

Uma boa noção de planejamento de obras é indispensável para prever as etapas construtivas e determinar o uso eficiente de recursos, materiais e mão de obra.

Normas Técnicas

Estar atualizado com as normas da ABNT aplicáveis à engenharia civil é vital para garantir a conformidade técnica e evitar retrabalhos ou custos adicionais.



Base para um Orçamento Confiável

Um projeto bem elaborado é fundamental para o sucesso do orçamento. Ele deve conter informações detalhadas, como plantas, cortes, elevações, memoriais descritivos e especificações técnicas.

Evitar Retrabalhos e Aditivos

Projetos incompletos ou desatualizados são a principal causa de problemas durante a execução, como aumento de custos e atrasos. A compatibilização entre os diversos projetos é essencial para identificar e corrigir inconsistências.

Engajamento de Profissionais Especializados

Contar com equipes capacitadas para elaborar e revisar os projetos aumenta significativamente a qualidade final e reduz as margens de erro no orçamento.



Identificação de Riscos

Avaliar os potenciais riscos relacionados ao projeto, como aumento no custo de materiais ou problemas climáticos, é essencial para prever soluções adequadas.

Provisão Orçamentária

Garantir que o orçamento contemple margens de segurança para custos imprevistos pode evitar atrasos e disputas contratuais.



O orçamento de obras públicas é uma ferramenta estratégica que exige conhecimento técnico, domínio da legislação e o uso eficaz de sistemas de referência de custos. Este guia apresentou os fundamentos que você precisa dominar para não errar nesse processo, destacando as melhores práticas e os cuidados essenciais. Lembre-se de que a precisão e a transparência são fundamentais para garantir o sucesso de qualquer projeto público.



Este e-book foi criado com auxílio das ferramentas de Inteligência Artificial ChatGPT e Leonardo.Ai.